

ADVERSO

ANO II, N.º 9 — JUNHO, 89.

S.O.S.

Rosane Talayer de Lima



A UNIVERSIDADE GANHA AS RUAS

DOCUMENTO: UMA ANÁLISE DO PROJETO GERES

CONVIVER COM A. DEMOCRACIA

A Escola de Engenharia se inclui entre as poucas Unidades da UFRGS que não realizou uma eleição direta para diretor e vice-diretor. Eles foram escolhidos pela Congregação. E por coincidência, também é uma das poucas Unidades da UFRGS que não realizou sequer uma reunião para discutir a greve. Os professores tomaram decisões individuais, sem uma discussão esclarecedora. Resultando disto, numa mesma disciplina existem professores em greve e outros não. Poucos professores desta Unidade comparecem às Assembléias Gerais. É desinteresse ou medo de enfrentar uma discussão? Esta Unidade não sabe conviver com a democracia, basta citar um fato ocorrido recentemente: foi proposto em uma reunião do Colegiado do Depto. de Engenharia Civil que a escolha do chefe do Departamento fosse feita através e uma eleição direta, com a participação de professores, funcionários e alunos. A decisão foi levada ao Colégio Eleitoral (todos os professores e alunos em número igual a 1/5 do número de participantes). Na reunião do Colégio Eleitoral, foram levantados argumentos contra a proposta que merecem ser reproduzidos – "É democratismo, é a infiltração de uma minoria partidária querendo assumir o poder..."

"Devemos nos preocupar com o futuro, de repente os alunos tomam o nosso cafezinho e o nosso estacionamento..."

Feita a votação, com 26 professores e apenas quatro alunos (os sete alunos que não compareceram justificaram sua ausência pelo medo de "ficarem mal" com seus professores) resultou o empate. Pelo adiantado da hora, o Chefe do Departamento transferiu a reunião para segunda-feira, mas durante o fim de semana, após uma reflexão exaustiva, decidiu manter o antigo processo de escolha. Mais dois anos em que o Chefe do Departamento não pode ser cobrado em suas decisões pelos professores, alunos e funcionários. Não convocará reuniões, nem para decidir o posicionamento diante da greve deflagrada em uma Assembléia geral dos professores, quanto mais para discutir assuntos de vital importância, como distribuição de atividades, cursos de extensão, consultorias feitas através da Fundatec; vários temas que no máximo são abordados em grupo de três ou quatro professores nos corredores do prédio.

Quando pessoas não têm direito à voz e voto, elas se encasulam, elas se omitem e vivem em função de seus próprios interesses imediatos.

Prof. Leda Gobetti – Engenharia



Cartas

O SEGUNDO TREM

O "Trem da Alegria" denunciado pela ADUFRJ, no Adverso número 8, página 9, leva-nos a pensar sobre a qualidade do quadro funcional da UFRGS, ou seja, o que "deveria" servir de apoio ao ensino e à pesquisa e, em realidade, o que existe.

A ocupação do trem na UFRGS, abstraindo forma de ingresso e nepotismo (parentes), pode aprofundar a questão levantada pela ADUFRJ, pois somos evidentemente, campeões em algumas das categorias apontadas como anomalia, vide quadro a seguir:

Na área tecnológica referida, empregamos 82 profissionais de nível superior e ao nível operacional temos 170 só na construção civil, excluindo eletricistas e outros (muitos outros).

Um fato notório observado neste pequeno grupo funcional (252/ 7,6% do total de funcionários da UFRGS) é que, para cada três pedreiros, há um mestre e dois contramestres. Sem análise de mérito, temos ao todo 115 pedreiros, mais ou menos o dobro da UFRJ.

Talvez o fato pareça pouco importante para comentar no momento em que se pede S.O.S. para a Universidade Brasileira, mas a natureza, sabiamente, nos mostra que o vírus é o alvo maior, e não a doença, sua consequência.

E, como já vimos que a Reitoria leva 71% dos recursos que a UFRGS – Instituto de Ensino Superior – recebe para gastar com diárias (entendendo, s.m.j., viagens de cérebros e

Prof. Geni D. Valenti/ECO

idéias novas e não de burocratas). Buscamos agora, outros elementos para enriquecer a discussão:

Até que ponto esta folha de pagamentos (97% dos recursos orçamentários) está sendo usada para remunerar quem de fato trabalha para atingir os fins maiores das IES?

– E por que não mudar o S.O.S. para o ensino de Graduação, que é quem real e sutilmente está sendo sucateado?

QUADRO COMPARATIVO DOS "TRENS"

| IES | UFRJ | UFRGS |
|--------------|------|---------------|
| Categoria | | |
| Engenheiros | 11 | 50 (civis 13) |
| Arquitetos | 10 | 21 |
| Eletricistas | 68 | 23 |
| Pedreiros | 66 | 60 |
| Pintores | 63 | 13 |

Fonte: Adverso

P.S. Se você não concordar com estas proposições, tudo bem! Porém, conheça os argumentos pró e contra e procure avaliar o seu "local de trabalho".

Editorial

A greve das Instituições Federais de Ensino Superior deflagrada nacionalmente dia oito de maio chega a sua quinta semana com indiscutíveis avanços. Partindo de uma situação em que o Governo, através do MEC, não reconhecia a nossa pauta, estamos agora em plena fase de negociação com o MEC acenando com a possibilidade de significativo aumento de verbas de OCC – Outros Custos e Capital.

As negociações apenas começaram. Estamos fortes e mobilizados e conseguimos o apoio de um significativo número de deputados federais e senadores. Neste momento, quando o governo começa a ceder à pressão da greve, quando o Poder Legislativo passa a priorizar em sua pauta a defesa do ensino

público e gratuito, precisamos nos manter firmes e unidos para que estas primeiras negociações se tornem propostas concretas capazes de garantir as condições mínimas de funcionamento das IFES.

Na UFRGS a greve tem sido um momento de séria reflexão dos três segmentos que a constituem, sobre as nossas condições de ensino, pesquisa e extensão. Internamente, já obtivemos um grande ganho quando a alta administração da Universidade, após reunião com o Comando de Greve local, solicitou propostas de Orçamento às Unidades. Estamos, pois, avançando em duas frentes, na defesa do ensino público e gratuito e na democratização da tomada de decisão no interior da UFRGS.

EXPEDIENTE

ADVERSO – Jornal da ADUFRGS (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Sede: Av. João Pessoa, 409 – 3º andar – Fone: (0512) 26.2719

DIRETORIA

Presidente: Sérgio Nicolaiwsky
1º Vice-Presidente: Renato de Oliveira
2º Vice-Presidente: Antonio Claudio Nuñez

1º Secretária: Leda Gobetti
2º Secretária: Maria Júlia Lopes
1º Tesoureiro: Darci Campani
2º Tesoureiro: Joacir Medeiros
Suplente: Adroaldo Gaya
Suplente: Rosemari de Oliveira

ADverso

Comissão editorial:
Renato de Oliveira
Marta Júlia Lopes
Eloína Santos
Mário Cabeda
Maria Assunta Campilongo
Joacir Medeiros

Redação e edição: Raquel Ritter Longhi
RG nº 5922/23/32 RS
Diagramação: Mariceia Benetti
Composição, montagem e fotolito:
Gráfica Fundação da Produtividade,
Fone: 22.7756

ERRAMOS

– No Jornal Adverso de maio, publicamos um artigo do professor Francisco Miraglia, que não foi identificado, por um erro de edição. Miraglia é Matemático, professor Assistente da Universidade de São Paulo – USP e ex-presidente da ADUSP –

Associação de Docentes da USP.

– Na coluna Personália, do Adverso nº 8, o autor não estava identificado. Flávio Aguiar é professor de Literatura da USP, e recém eleito presidente da ADUSP.

Ampliação do Pólo Petroquímico

Com a instalação de 400 novas empresas e a abertura de 20.000 empregos, o Governo do Estado prevê a ampliação do Pólo Petroquímico de Triunfo. Quais serão as repercussões desta medida para a economia gaúcha? Neste DEBATE, duas opiniões sobre o assunto enriquecem as discussões. Miguel Rosseto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica – SINDIPOLO e Ruy Lerner, diretor-superintendente da COPESUL falam da polêmica ampliação do Pólo.

PÓLO PETROQUÍMICO: SUA CONTRIBUIÇÃO E IMPORTÂNCIA PARA O RIO GRANDE DO SUL

Ruy Lerner

do: 204,7 e ISS: 2,7. PIS/PASEP: 36,4 e Finsocial: 17,6.

Em termos de desenvolvimento tecnológico, salienta-se a FUNDAPET – Fundação de Apoio à Pesquisa e Tecnologia Petroquímica – um convênio entre a COPESUL e empresas de 2ª geração, a qual através da UFRGS, CIENTEC e outros órgãos científicos buscará o desenvolvimento de tecnologias próprias e o aprimoramento do corpo técnico do Estado.

CONSOLIDAÇÃO

Com relação ao aproveitamento dos seus petroquímicos básicos excedentes no Pólo, a COPESUL viu encerrada esta primeira fase de sua consolidação, após a aprovação das novas unidades de Fenol/Acetona e MVC/PVC.

O Fenol e a Acetona constituem-se em importantes matérias-primas para diversos setores, tais como o moveleiro (resinas para compensados de fórmica), tintas e vernizes, têxtil, elétrico/eletroônica (disco laser) e mais uma infinidade de usos que vão desde a produção de equipamentos óticos até produtos farmacêuticos. A capacidade produtiva de Fenol será de 110 mil ton e 66 mil ton de Acetona.

Já o PVC – obtido através da polimerização do monômero MVC terá a capacidade de 180 ton. O PVC – dada a versatilidade de formulações da resina – é utilizado em uma imensa gama de produtos, tais como a produção de tubos, mangueiras, folhas e filmes, calçados, garrafas, pisos, adesivos e tintas.

Estes dois projetos, assim, encerram a disponibilidade das principais matérias-primas básicas do Pólo, ensejando-se a oportunidade de ampliação da COPESUL para o atendimento de projetos futuros.

Visando promover a coleta, tratamento e disposição dos recursos sólidos gerados pelo Pólo Petroquímico do Sul, a COPESUL

implantou um Sistema Centralizado de Controle de Resíduos sólidos. O sistema de tratamento contempla a segregação e disposição final de resíduos oriundos desde a limpeza de áreas e refeitórios até o tratamento de lamas e lodos inertes oriundos do processo.

Tendo em vista a necessidade de resguardar os recursos naturais, a COPESUL está implantando uma Reserva Ecológica Experimental, Faunística e Florística, na área do

Pólo Petroquímico do Sul. A Reserva tem por objetivo a preservação dos elementos constituintes da fauna e flora local e a criação de um centro cultural e recreativo. Pretende demonstrar, ainda, a possibilidade de convivência harmônica da indústria com o meio ambiente. O programa, a ser implantado em uma área de 58 ha, conta com o apoio técnico da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul.

A AMPLIAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO DE TRIUNFO

Miguel Rosseto

benefícios do tipo prorrogação para recolhimento de ICM por seis meses. Quem paga essa conta somos nós. Entendemos que o setor petroquímico, que é altamente rendável, haja visto as disputas ocorridas entre grupos econômicos pelas plantas, não necessita desses incentivos, principalmente na situação de crise por que passa o Estado hoje.

1 – É de interesse de todos os trabalhadores do Rio Grande do Sul, o desenvolvimento do parque industrial com a consequente ampliação da oferta de emprego. A ampliação do Pólo representa efetivamente uma ampliação da oferta de emprego, embora certamente muito aquém do que diz a propaganda oficial. É bom lembrar de que hoje as empresas do Pólo empregam diretamente 4.500 (quatro mil e quinhentos) trabalhadores, quando o número era de 20.000 (vinte mil).

A projeção novamente de 20.000 empregos e 200 empresas para nós é de uma enorme irresponsabilidade. As plantas de MVC/PVC e FENOL-ACETONA, devem entrar em geração em 92/93 e devem empregar em conjunto em torno de 1000 trabalhadores.

2 – É importante que fique claro para toda a sociedade gaúcha em que condições essas empresas irão se instalar aqui no Rio Grande do Sul, ou seja, quais os subsídios, incentivos, etc. Toda a infra-estrutura foi bancada até hoje pelo Estado, e as empresas gozam ainda de

Somos favoráveis enquanto trabalhadores e gaúchos que, da mesma forma que os demais trabalhadores brasileiros, tenhamos o direito e as condições de viver e trabalhar onde moramos. O desenvolvimento de uma indústria de ponta como a petroquímica deve ser apoiado por aquilo que já dissemos.

O que não podemos permitir é que a propaganda oficial, o discurso oficial mais uma vez transformem a realidade e crie ilusões falsas e expectativas para todos nós.



Vista aérea do Pólo Petroquímico do Sul

SALÁRIOS - as perdas dos docentes

A Coordenação do GT de Verbas da ANDES elaborou um trabalho sobre a questão salarial em que é analisada a proposta do aumento do Governo Federal. Publicamos o trabalho do GT de Verbas, e as tabelas produzidas, referentes ao magistério de 1º, 2º e 3º graus.

MAGISTÉRIO — 3º GRAU — (20 horas) — Salário-base

| CLASSES | NÍVEIS | ATÉ 19 DE MAIO | REAJUSTE CONCEDIDO PELO GOVERNO A 19 DE MAIO (17,94%) | REAJUSTE REIVINDICADO PELO ICV-DIEESE* | REAJUSTE PELO IPC-IBGE** |
|------------|--------|----------------|--|---|-----------------------------|
| TITULAR | ÚNICA | 521,92 | 615,55 | 1.002,03 | 1.048,19 |
| ADJUNTO | 4 | 417,54 | 492,45 | 801,64 | 838,56 |
| | 3 | 401,48 | 473,51 | 770,80 | 806,31 |
| | 2 | 386,04 | 455,30 | 741,16 | 775,30 |
| | 1 | 371,19 | 437,78 | 712,65 | 745,48 |
| ASSISTENTE | 4 | 337,44 | 397,98 | 647,85 | 677,44 |
| | 3 | 324,46 | 382,67 | 622,93 | 651,63 |
| | 2 | 311,99 | 367,96 | 598,99 | 626,58 |
| | 1 | 299,98 | 353,80 | 575,93 | 602,46 |
| AUXILIAR | 4 | 272,72 | 321,65 | 523,59 | 547,72 |
| | 3 | 262,23 | 309,27 | 503,46 | 526,65 |
| | 2 | 252,14 | 297,37 | 484,08 | 506,38 |
| | 1 | 242,44 | 285,93 | 465,46 | 486,90 |

*ICV-DIEESE (Jan, Fev, Mar, Abril) = $(1,3378 \times 1,1841 \times 1,1022 \times 1,0996) = 1,91988 \cong 1,9199$

**IPC/IBGE (Jan, Fev, Mar, Abril) = $(1,7028 \times 1,0360 \times 1,0609 \times 1,0731) = 2,0083$

Íntio da Tabela na perda inicial, seja pelo Índice do DIEESE, seja pelo IPC/IBGE.

Doutorado (25%) = 153,88

Quinquênio (5%) = 30,77

Se for um Titular com Mestrado:

Perda do salário-base: 386,48

Perda do incentivo com o Mestrado: 92,33

Perda salarial: 294,15

Perda do quinquênio (294,15 + 30,77): 1,5

isto equivale a 47,5 anos de magistério.

Se for um Titular com Doutorado:

Perda do salário-base: 386,48

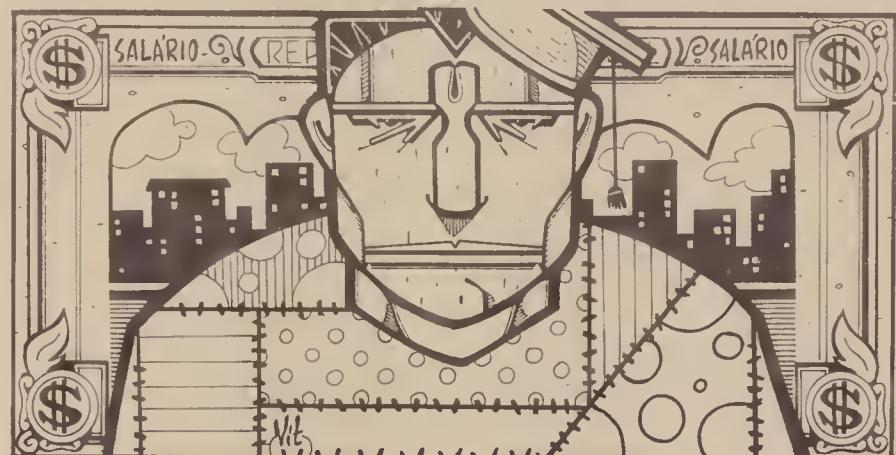
Perda do incentivo com o Doutorado: 153,88

Perda Salarial: 232,60

Perda do quinquênio: 7,5

Isto equivale a 37,5 anos de magistério.

Note-se que com o descongelamento do Plano Verão a perda será ainda maior, uma vez que os salários de maio serão pagos em junho com uma expectativa de inflação elevada.



MAGISTÉRIO — 1º E 2º GRAUS — 20 HORAS — SALÁRIO

| CLASSES | NÍVEIS | ATÉ 19 DE MAIO | REAJUSTE CONCEDIDO PELO GOVERNO A 19 DE MAIO (17,945) | REAJUSTE REIVINDICADO PELO ICV-DIEESE* | REAJUSTE PELO IPC-IBGE** |
|---------|--------|----------------|--|---|-----------------------------|
| TITULAR | ÚNICA | 482,82 | 569,44 | 926,96 | 969,65 |
| E | 4 | 402,35 | 474,53 | 772,47 | 808,04 |
| | 3 | 386,87 | 456,27 | 742,75 | 776,95 |
| | 2 | 371,99 | 438,73 | 714,18 | 747,07 |
| | 1 | 357,69 | 421,86 | 686,73 | 718,35 |
| D | 4 | 325,17 | 383,51 | 624,29 | 653,04 |
| | 3 | 312,66 | 368,75 | 600,28 | 627,92 |
| | 2 | 300,64 | 354,57 | 577,19 | 603,77 |
| | 1 | 289,08 | 340,94 | 555,00 | 580,56 |
| C | 4 | 272,72 | 321,65 | 523,60 | 547,70 |
| | 3 | 262,23 | 309,27 | 503,45 | 526,64 |
| | 2 | 252,14 | 297,37 | 484,08 | 506,37 |
| | 1 | 242,44 | 285,93 | 465,46 | 486,89 |
| B | 4 | 228,69 | 269,72 | 439,06 | 459,28 |
| | 3 | 219,89 | 259,34 | 422,17 | 441,61 |
| | 2 | 211,44 | 249,37 | 405,94 | 424,63 |
| | 1 | 203,31 | 239,78 | 390,33 | 408,31 |
| A | 4 | 191,79 | 226,20 | 368,22 | 385,17 |
| | 3 | 184,42 | 217,50 | 354,07 | 370,37 |
| | 2 | 177,33 | 209,14 | 340,46 | 356,13 |
| | 1 | 170,51 | 201,10 | 327,36 | 342,44 |

*ICV-DIEESE (Jan, Fev, Mar, Abril) = $(1,3378 \times 1,1841 \times 1,1022 \times 1,0996) = 1,91988 \cong 1,9199$

**IPC/IBGE (Jan, Fev, Mar, Abril) = $(1,7028 \times 1,0360 \times 1,0609 \times 1,0731) = 2,0083$

COMENTÁRIO

SOBRE A TABELA

SALARIAL

Análise pelo Índice do ICV — DIEESE

Ao se comparar na tabela o salário-base em 20 horas que o docente irá receber com o salário reivindicado pela categoria, constatam-se as seguintes distorções:

TITULAR = ASSISTENTE 3

ADJUNTO 4 = AUXILIAR 3

ADJUNTO 3 = AUXILIAR 2

ADJUNTO 2 = AUXILIAR 1

Abaixo da classe Adjunto 2 não há mais correspondência. Isso significa que estamos sofrendo um achatamento na ordem de 6 (seis) níveis na tabela salarial.

Se tomarmos como exemplo o salário do professor titular com 20 horas, as perdas se tornam aviltantes.

Salário-base com a reposição reivindicada: 1.002,03

Salário-base com o índice proposto pelo Governo: 615,55

Perda do salário-base: 386,48

Caso ele tenha incentivos, verificam-se as seguintes determinações no salário-base:

Mestrado (15%) = 92,33

GREVE NACIONAL IFES

A Universidade ganha as ruas

A luta dos docentes, servidores e estudantes pela Universidade Pública teve um momento intenso de participação, na Mobilização do dia 31 de maio. Aproximadamente três mil pessoas, entre elas, grevistas de outras Universidades Federais do Estado (Santa Maria, Rio Grande e Pelotas), fizeram uma passeata e um ato público na "esquina democrática" (Borges com Rua da Praia), de onde seguiram para a Assembléia Legislativa. O Encontro na Assembléia, que lotou o auditório, deixando centenas de pessoas de fora, pela capacidade de apenas 580 pessoas, foi realizado com a presença de deputados daquela Casa.

Com aquele debate, "Universidade e Comunidade", a Instituição, que se nega a morrer, parece que ganhou adeptos. Além da comunidade, que foi sensibilizada com a grave situação por que passa a Universidade, os deputados comprometeram-se a entrar na luta pela Universidade Pública.

Os Eventos da Greve

A greve, na UFRGS tem se caracterizado por discussões nas Unidades acerca da situação da Universidade, e por eventos especiais, coordenados pelos comandos de greve de cada categoria. Os servidores, no início de maio, realizaram, no Restaurante Universitário do Centro, um Congresso sobre temas específicos que preocupam a comunidade acadêmica. Em cinco dias, servidores, estudantes, professores e comunidade em geral, discutiram questões como verbas, salários e Estatuto Universitário.

O Comando de Docentes, por sua vez, promoveu debates específicos sobre a Universidade. Dia 15 de maio, no anfiteatro da Arquitetura, aconteceu o Painel "Eleições presidenciais e o Futuro da Universidade", com a presença de representantes de quase todos os partidos políticos, quando ficou evidente que a questão da Universidade merece ser discutida muito mais, em debates e painéis posteriores. Dia 16, no Salão de Atos II da Reitoria, aconteceu o debate sobre "Verbas para a Universidade", com a presença do pró-reitor de

Enquanto o Reitor Gerhard Jacob faz um "convite à reflexão", baseado numa liberação de verbas que deve destinar em torno de NCz\$ 400 mil para a UFRGS, e nos 30% de aumento salarial, o Movimento Docente pensa que a Universidade Pública deve valer bem mais do que estas medidas paliativas. Os primeiros resultados concretos da posição firme dos docentes em continuar em greve, se refletem na efetiva abertura de negociações, que apontam para a liberação de 15% de verbas de OCC para este ano.

Rosane Talayer de Lima



A passeata pela Universidade Pública na Av. João Pessoa

Rosane Talayer de Lima



Manifestantes e comunidade lotaram o Auditório da Assembléia Legislativa

Rosane Talayer de Lima



Recital no Brique da Redenção.

Planejamento da UFRGS, prof. Edemundo da Rocha Vieira.

Um dos acontecimentos marcantes, porém, na série de eventos organizados, foi a Performance SOS Universidade, realizada pelos professores Flávio Mainieri (Teatro) e Mara Alves, Umbelina Barreto e Sírio Simon (Artes Visuais). A partir da idéia da Comissão de eventos do Comando de Greve, a performance teve uma audição de violino e percussão na abertura, feita por alunos e professores do Instituto de Música. No saguão do I.A., ao mesmo tempo da música, acontecia uma performance de uma aluna de Artes Dramáticas, Rosângela Leote, "Dentro em Saco". Ela conduzia os presentes para as "atrações" seguintes. No saguão havia ainda uma instalação, feita por alunos das Artes Visuais com materiais como papéis, papelão, ráfias. Tudo era registrado graficamente por alunos de Artes Plásticas, fotografado e gravado em videotape. As estátuas do saguão do I.A. também estavam "a caráter": foram vestidas com papéis e outros apetrechos, dando uma noção de que a penúria da Universidade também havia chegado a elas.

Ao mesmo tempo, os presentes puderam ver um vídeo sobre o pintor Marcos Lüpertz. Logo após, houve a peça "Cadeira de Balanço", apresentada pela atriz e professora Sandra Dani, dirigida por Paulo Vasconcellos, num texto de Samuel Beckett. Na Pinacoteca do I.A., ao mesmo tempo, funcionaram, integradas instalação com vídeo, leitura dramática e pintura coletiva.

Dentro das atividades de greve, a Comissão de Eventos continua promovendo encontros, debates e painéis.

O Brique da Redenção também foi palco para as manifestações da comunidade universitária. Dia 14 de maio ocorreram as primeiras manifestações, com as três categorias em greve, levando faixas e cartazes, organizando uma pequena caminhada. Dia 21, os docentes colocaram à venda as camisetas "SOS Universidade", ao mesmo tempo em que distribuíram o Adverso, e faziam panfletações.

Os estudantes fizeram um pequeno pedágio com os carros que passavam. Dia 28, novamente as três categorias foram ao Brique. O Comando dos Docentes promoveu naquele domingo, recital com o grupo do Projeto Prelúdio. Dia quatro de junho, as três categorias mais uma vez foram ao Brique.

VERBAS

O Grupo de Trabalho de Verbas da ANDES-SN elaborou um trabalho de análise dos recursos orçamentários destinados pelo Governo Federal às IFES. A análise foi feita tomando-se como fonte a Lei do Orçamento de três de janeiro de 1989, e publicada no último Boletim da ANDES-SN. O mesmo GT de Verbas elaborou uma análise detalhada do Orçamento para Ciência e Tecnologia. Dada a importância de esclarecimentos sobre a questão das Verbas, publicamos, na íntegra, os estudos do GT de verbas da ANDES-SN.

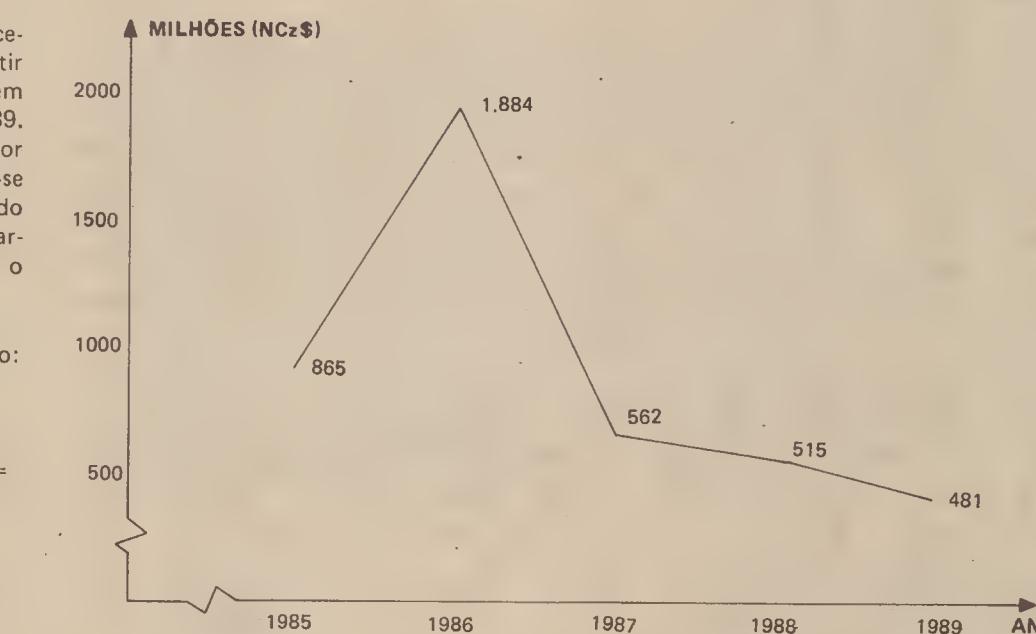
Orçamento de Ciência e Tecnologia

A tabela abaixo mostra a evolução dos Orçamentos para Ciência e Tecnologia de 1985 a 1989.

(- 3.343,121)
41,65 x 10.783,90 = 865.564,929

GRÁFICO DA EVOLUÇÃO

CURVA DE EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA 1985 a 1989



Metodologia: tomou-se como índice-base o ano de 1986 = 100%. A partir daí, os valores foram atualizados em cruzados novos com base em março/89. O cálculo é feito tomando-se o valor nominal em cruzado novo, dividindo-se pelo índice do ano-base e o resultado multiplicado pelo índice atual (março/89). Tomemos como exemplo o ano-base 1985:

— Valor Nominal em cruzado novo: NCz\$ 3.343,121
— Índice - março 89: 10.783,90
— Índice - base 85: 41,65
Valor deflacionado/85 para março/89 =



EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA — 1985 a 1989 —

| ANO | Valor em Cruzado Novo | Índice Médio Anual IGP/DI - Base MAR/86 = 100% | Valores deflacionados - Março/89 |
|------|-----------------------|--|----------------------------------|
| 1985 | 3.343,121 | 41,65 | 865.564,929 |
| 1986 | 17.479,168 | 100,00 | 1.884.878,317* |
| 1987 | 17.086,779 | 327,74 | 562.203,202 |
| 1988 | 122.949,817 | 2.571,51 | 515.587,323 |
| 1989 | 481.731,910 | 10.783,57 | 481.731,910 |

* O ano de 1986 mostra o melhor desempenho

2 - O crescimento "real" de Recursos de Todas as Fontes para o MEC (acima de 7,8%) foi canalizado para os Programas de 1º e 2º graus, com acréscimos de 70,1% e 59,0%, respectivamente.

Mais que isto, houve redução "real" de recursos para o Ensino Superior, uma vez que o crescimento de 2,7% ficou abaixo do aumento da estimativa da receita (7,8%).

3 - Tomando a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, como exemplo, verificamos que os recursos para Pessoal e Encargos Sociais foram mantidos e que os de OCC desceram 19,9%. Assim, os recursos a serem repassados pelo Tesouro não só deixaram de acompanhar o aumento na estimativa da receita, como sofreram uma redução de 0,7%.

4 - Houve um crescimento de 40,6% dos recursos para o Ensino Superior provenientes da Fonte 000 (Receita Tributária - 1.1.1.). Houve, no entanto, um decréscimo significativo de recursos provenientes das demais fontes do Tesouro, uma vez que o crescimento foi de apenas 2,9%, se considerarmos todas as fontes.

5 - As despesas fixadas para o 1º Grau no Orçamento da União superaram em cerca de 44% a despesa com Ensino Superior. Observa-se, no entanto, que apenas cerca de 26% ficou alocado para o MEC. O restante, deverá ser transferido pelo Tesouro Nacional aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Restringindo-se à esfera do MEC, o Ensino Superior é responsável por cerca de 57% do orçamento desse Ministério, ficando o 1º Grau com 22% e o 2º Grau com 11% a proximamente.

Estes números, apesar de confirmarem a prioridade do MEC ao Ensino Superior em relação aos demais níveis, vêm negar mais uma vez a tão propagada tese dos "80% para o Ensino Superior". Segundo relatórios elaborados pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF/MEC, esse índice tem ficado na faixa de 55-60% nos últimos anos.

6 - Se considerarmos apenas os recursos a serem repassados ao MEC pelo Tesouro, provenientes exclusivamente de impostos (receita 1.1.1), as despesas fixadas para o Ensino Superior atingem cerca de 79% desse valor. É esse percentual que se tem mantido, nos últimos anos, em torno de 80%.

A dúvida fica em saber se o ex-Ministro da Educação, Sr. Hugo Napoleão, agia de má fé ou era de fato muito desavisado ao afirmar repetidas vezes que as Universidades consumiam cerca de 80% dos recursos do MEC.

O fato é que sua campanha de difamação da Universidade Pública, procurando responsabilizá-la como a grande culpada pelo fracasso do ensino de 1º e 2º Graus, encontrou grande ressonância no Congresso Nacional. Tanto que os recursos da OCC, fundamentalmente para a recuperação das instalações físicas, manutenção de laboratórios, financiamento da pesquisa, etc., foram rebaixados para 2,78% do total de recursos a serem destinados às IFES pelo Tesouro Nacional.

Apresentamos no Quadro II os recursos a serem repassados pelo Tesouro a cada uma das 50 Instituições Federais de Ensino Superior supervisionadas pelo MEC, indicado os percentuais de OCC.

Observamos que o percentual médio de 2,78% subiria para 9,37% se incluíssemos os Recursos Próprios das IFES. Há que se considerar, no entanto, que o Governo superestimou esses recursos na elaboração do Orçamento, estimando arrecadações muito acima da realidade de cada IFES.

As modificações no Orçamento da União resultante do Plano Verão e da Lei nº 7.742, de 20/03/89, DOU 21/03/89, serão objeto de análise posterior.

QUADRO I QUADRO DE RECEITAS DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (LEI 7.715-03/01/89)

| | Valores em NCz\$ 1.000,00 |
|--|---------------------------|
| 1 RECEITAS DO TESOURO | 77.845.395 |
| 1.1 RECEITAS CORRENTES | 57.663.293 |
| 1.1.1 RECEITA TRIBUTÁRIA | 33.915.739 |
| 1.1.2 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 15.077.531 |
| 1.1.3 RECEITA PATERNO/ESTADUAL | 1.171.997 |
| 1.1.4 RECEITA AGROPECUÁRIA | 652 |
| 1.1.5 RECEITA INDUSTRIAL | 10.114 |
| 1.1.6 RECEITA DE SERVIÇOS | 1.270.923 |
| 1.1.7 TRANSF. CORRENTES | 6.204.025 |
| 1.1.8 OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 20.182.101 |
| 1.2 RECEITAS DE CAPITAL | 18.555.736 |
| 1.2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS | 1.535.127 |
| 1.2.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS | 91.238 |
| 1.2.3 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 2.718.926 |
| 2 RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA Admin. INDIRETA, INCLUSIVE FUNDAÇÕES PÚBLICAS CORRENTES E DE CAPITAL | 25.189.207 |
| 3 RECEITA DO ORÇAMENTO FEDERAL | 13.991.755 |
| 4 RECEITA DO ORÇAMENTO DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (CORRENTE E DE CAPITAL) | 119.745.285 |
| TOTAL | |

QUADRO II COMPARATIVO ENTRE OS ORÇAMENTOS PROPOSTO PELO GOVERNO FEDERAL E APROVADO PELO CONGRESSO NACIONAL.

| RECEITA | ÓRGÃO/PROGRAMA | ORÇAMENTO C.N. DEFLACIONADO* | ORÇAMENTO G.F. DEFLACIONADO* | Valores em NCz\$ 1.000,00 | |
|---------|---|------------------------------|------------------------------|---------------------------|----------------|
| | | | | ÓRGÃO/PROGRAMA | ORÇAMENTO G.F. |
| 1-2 | 1.2.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA | 10.424.600 | 10.424.600 | 7.8% | 7.8% |
| | 1.2.2 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 51.157 | 51.157 | + 0% | + 0% |
| | 1.2.3 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 81.110 | 81.110 | + 44,2% | + 44,2% |
| 1-3 | 1.3.1 - RECEITA PATERNO/ESTADUAL | 10.000 | 10.000 | + 0% | + 0% |
| | 1.3.2 - RECEITA INDUSTRIAL | 100.000 | 100.000 | + 0% | + 0% |
| 1-4 | 1.4.1 - RECEITA AGROPECUÁRIA | 100.000 | 100.000 | + 0% | + 0% |
| 1-5 | 1.5.1 - RECEITA DE SERVIÇOS | 100.000 | 100.000 | + 0% | + 0% |
| 1-6 | 1.6.1 - TRANSF. CORRENTES | 496.071 | 496.071 | + 2,7% | + 2,7% |
| 1-7 | 1.7.1 - RECEITA DE CAPITAL | 666.619 | 666.619 | + 15,8% | + 15,8% |
| 1-8 | 1.8.1 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 87.123 | 87.123 | + 58,2% | + 58,2% |
| 1-9 | 1.9.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO FEDERAL | 10.000 | 10.000 | + 72,4% | + 72,4% |
| 1-10 | 1.10.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS OPERAÇÕES OFICIAIS | 161.320.462 | 161.320.462 | + 3,9% | + 3,9% |
| 1-11 | 1.11.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR | 1.535.610 | 1.535.610 | + 2,6% | + 2,6% |
| 1-12 | 1.12.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE TECNOLOGIA | 15.920.462 | 15.920.462 | + 2,9% | + 2,9% |
| 1-13 | 1.13.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE CULTURA | 1.123.227 | 1.123.227 | + 2,7% | + 2,7% |
| 1-14 | 1.14.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA | 126.928.638 | 126.928.638 | + 0,7% | + 0,7% |
| 1-15 | 1.15.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE PESQUISA | 151.667.123 | 151.667.123 | + 1,2% | + 1,2% |
| 1-16 | 1.16.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE INVESTIMENTO | 311.583.867 | 311.583.867 | + 2,1% | + 2,1% |
| 1-17 | 1.17.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE INVESTIMENTO | 122.332.552 | 122.332.552 | + 2,4% | + 2,4% |
| 1-18 | 1.18.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE INVESTIMENTO | 87.775.403 | 87.775.403 | + 1,02% | + 1,02% |
| 1-19 | 1.19.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE INVESTIMENTO | 212.366.282 | 212.366.282 | + 2,41% | + 2,41% |
| 1-20 | 1.20.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE INVESTIMENTO | 191.390.509 | 191.390.509 | + 1,26% | + 1,26% |
| 1-21 | 1.21.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE INVESTIMENTO | 161.320.990 | 161.320.990 | + 2,9% | + 2,9% |
| 1-22 | 1.22.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE INVESTIMENTO | 124.626.635 | 124.626.635 | + 2,0% | + 2,0% |
| 1-23 | 1.23.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE INVESTIMENTO | 13.990.635 | 13.990.635 | + 3,78% | + 3,78% |
| 1-24 | 1.24.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE INVESTIMENTO | 1.123.227 | 1.123.227 | + 5,07% | + 5,07% |
| 1-25 | 1.25.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE INVESTIMENTO | 1.123.227 | 1.123.227 | + 0,0% | + 0,0% |
| 1-26 | 1.26.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE INVESTIMENTO | 1.123.227 | 1.123.227 | + 0,0% | + 0,0% |
| 1-27 | 1.27.1 - RECEITA DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE INVESTIMENTO | 1.123.227 | 1.123.227 | + 0,0% | + 0,0% |
| 1-28 | 1.28.1 - RECEITA DO ORÇ | | | | |

UNIDADES MOSTRAM A PENÚRIA

As 24 Unidades da UFRGS estão realizando levantamentos das suas necessidades para este ano. Percebe-se, em todos os relatórios feitos até o momento, que a situação é de penúria. Há falta de equipamentos de todos os tipos em todas as áreas; não há recursos para consertar equipamentos suficientes; não há recursos para diárias de saídas de campo e de trabalho em geral e falta pessoal: professores e servidores. Nesta edição, publicamos alguns dos levantamentos já feitos. Continuaremos as publicações nos próximos números do *Adverso*.

Até o dia 19 de junho, a ADUFRGS tinha recebido os levantamentos das seguintes Unidades: Enfermagem, ESEF, Instituto de Artes, Geociências, Letras e Química. Começamos a publicar por partes o levantamento, já que o material é extenso.

ESEF ESTUDA BIBLIOTECAS

A Escola Superior de Educação Física, ESEF, relatou as necessidades da sua biblioteca, e fez um estudo comparativo com a Biblioteca Central da UFRGS. A Biblioteca da ESEF, com um acervo de 6377 livros atualmente, tem uma média de oito livros por usuário. Abrindo nos três turnos, manhã, tarde e noite, a biblioteca se ressente da falta de funcionários. São necessários um bibliotecário e dois agentes administrativos, para o pleno funcionamento. Hoje, a Biblioteca funciona com duas bibliotecárias, dois bolsistas e um funcionário contratado com recursos de pós-graduação.

O Departamento de Desportos da ESEF, por seu lado, necessita de material permanente, como folhas de ofício, folhas para cópias, matrizes para mimeó-

grafo, lâminas, etc. Na parte de recursos financeiros, são necessárias 90 diárias, 30 passagens aéreas, recursos para publicação de pesquisas e projetos, e recursos para realizar encontros, seminários, etc. Quanto aos professores, a ESEF necessita de substitutos para disciplinas cujos professores estejam ausentes por motivo de cursos de mestrado ou doutorado.

GEOCIÉNCIAS – MICROSCÓPIOS

O Instituto de Geociências precisa de 12 professores, um técnico de nível superior, 18 técnicos de nível médio e sete técnicos administrativos. Na parte de equipamentos, a listagem das necessidades é imensa, e destacamos alguns materiais básicos necessitados como: microscópios petrográficos, metalográficos, computadores e impressoras, máquinas para corte de rochas, computadores e impressoras, bússolas binoculares, equipamentos para lapidação, entre outros. Para os laboratórios, necessitam gases e reagentes. Outras necessidades são combustível, lâmpadas de microscópios e lentes, papel para impressoras, filmes fotográficos e slides, material de escritório em geral. Na parte de material permanente, há necessidade de cartas topográficas, fotografias aéreas, livros e periódicos para a biblioteca. As necessidades se sucedem, numa grande listagem.

ENFERMAGEM - AMPLIAÇÃO

A Escola de Enfermagem colocou a lista dos professores necessários para novas vagas, vagas existentes e não preenchidas. São 37 docentes para novas vagas, dois para vagas não preenchidas. A Escola também coloca a necessidade de recursos para manter a permanência de professores convidados, quadro renovável e previsão semestral. Para atualização do acervo da Biblioteca, a necessidade é de 800 títulos para a Graduação, e cerca de 250 títulos para a Pós-Graduação. Para a manutenção do acervo, recursos para restauração e encadernação dos volumes já existentes. Com relação ao espaço físico a Escola de Enfermagem

precisa, em primeiro lugar, duplicar sua área em 1.900 metros, para aumentar o número de salas de aula, salas de trabalho para os professores, desenvolvimento e ampliação do laboratório, ampliação na Biblioteca, ampliação do Diretório Acadêmico, implantação e criação de Biotério, ampliação da área de Serviços administrativos, implantação de lancheria. Como as demais unidades, a Enfermagem também necessita de material de consumo, de escritório e permanente.

QUÍMICA – OBRAS E LABORATÓRIOS

O Instituto de Química tem necessidades a curto e médio prazo. A curto prazo, a conclusão de obras e Biblioteca, e a médio prazo, almoxarifado, central analítica, laboratórios e salas. De pessoal docente, a Química precisa de três professores para vagas congeladas, oito para vagas extintas, três para vagas em 1989 e quatro para necessidades. No tocante a material de consumo, artigos para laboratórios, como vidraria, reagentes, e também material de escritório.

MAIS ESPAÇO

O Instituto de Artes elaborou estudo sobre sua biblioteca, que funciona numa área total de 78 m². Deste espaço, 20 m² são destinados a área de leitura, 18 m² a serviços técnicos e 40 m²; para atender um total de 1.077 leitores registrados (sem estarem incluídas as consultas realizadas pelo público em geral). Conforme um estudo realizado em 87 por um grupo de trabalho para distribuição das bibliotecas na UFRGS, o espaço físico mínimo recomendado para a acomodação nas bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da UFRGS – SBU é de 10 por cento do total de leitores inscritos, sendo que cada leitor necessitaria em média de 3 m². A sala de leitura da Biblioteca do Instituto de Artes deveria ter, a partir desta estatística, no mínimo 300 m², segundo o levantamento do Instituto de Artes. Na sala de leitura, a Biblioteca tem 12 lugares, quando na realidade deveria ter



Rosane Talayer de Lima

lugar para 107 usuários. O relato informa que, para que a Biblioteca do Instituto de Artes possa oferecer as mínimas condições de trabalho e estudo, seria necessário: espaço para coleção de livros e folhetos; espaço para coleção de referência; espaço para coleção de periódicos; espaço para material especial (fitas, discos, partituras, slides, catálogos de exposição, textos teatrais, obras raras); sala para depósito e almoxarifado. Também são necessários local de trabalho para a equipe, com sala de processamento técnico, sala de administração, sala de recuperação de material; local para determinados serviços e outras instalações, com espaço para empréstimo de material; espaço para instalação de máquina copiadora; espaço para portaria e sanitários.

Quanto a pessoal, a Biblioteca tem atualmente duas bibliotecárias e duas assistentes em administração, uma equipe que não consegue suprir as necessidades, que seria de quatro bibliotecários e quatro assistentes.

O relatório do Instituto de Artes, ao apontar os problemas e suas soluções, que são viáveis, apresenta um panorama das verdadeiras potencialidades que ela teria, se pudesse operar em melhores condições.

PRIORIDADE

Na UFRGS, o Sistema de Bibliotecas Universitárias – SBU, conta com 597.500 volumes, segundo dados do ano de 1988. O SBU é formado pela Biblioteca Central e por 27 bibliotecas distribuídas nas Unidades.

Com os minguados 169 mil cruzados novos destinados às bibliotecas constantes no Orçamento da União para as Universidades, o SBU da UFRGS poderia ter apenas 10 por cento de suas necessidades supridas, de acordo com Heloisa Schreinér, diretora da Biblioteca Central da UFRGS. Mas as Bibliotecas foram colocadas como prioritárias dentro do orçamento interno da Universidade, que destinou verbas para sua manutenção. "A aplicação dos



Laboratório Biociências

BIBLIOTECAS DAS IFES:

Poucos recursos e volumes insuficientes

Em setembro de 1988, a Secretaria de Educação Superior do MEC, através do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, publicou o estudo "Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior: Remontar ou Desmontar?".

O estudo, que abrange o período de 1985 a 1988, foi realizado a partir de questionários dirigidos a 48 IFES, nem todos respondidos. Quanto à quantidade do acervo, os dados foram obtidos no próprio Plano Nacional de Bibliotecas. Os dados de alunato foram fornecidos pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura do MEC. Os dados sobre orçamento e quantidade de livros adquiridos com recursos externos, tiveram seu quadro limitado a 33 IFES, pela dificuldade de obtenção. Os valores dos orçamentos foram transformados em OTN de junho dos respectivos anos.

As bibliotecas das IFES, segundo os dados levantados pelo MEC, somam um acervo de 6,5 milhões de livros. "À primeira vista, este número pode parecer vultoso, diz o documento, mas se comparado ao acervo de apenas uma das principais universidades norte-americanas, como Harvard, por exemplo, ele ganha em suas estantes cerca de 11 milhões de livros, distribuídos por 100 bibliotecas setoriais. A comparação se torna ainda mais eloquente quando feita em relação aos maiores acervos universitários brasileiros que não ultrapassam mais de 1,5 milhão de volumes: a USP com cerca de 1,2 milhão e a UFRJ com cerca de 750 mil". Os dados são da Folha de São Paulo de 10 de outubro de 1987.

O documento continua: "A atual média de volumes por aluno é de 19,93, considerando 47 das 50 IFES apresentam média inferior a 10. A maior concentração se localiza em 18 IFES, com média entre 10 e 20. Esses dados são apresentados na tabela 1 e no quadro abaixo:

| MÉDIA DE VOLUMES POR ALUNOS | Nº de IFES | Variação da Média |
|-----------------------------|------------|-------------------|
| | 10 (a) | até 10 |
| | 18 (b) | de 10,1 a 20 |
| | 12 (c) | de 20,1 a 30 |
| | 5 (d) | de 30,1 a 40 |
| a) | 2 (e) | acima de 40 |

a) UFFa, UFF, UFSM, UFES, UFGO, FMTM,



Rosane Talyer de Lima



Biblioteca Central da UFRGS

UFRN, UFPi, UFRPe, FURG.
 b) UFSC, UFP, UFPb, Ufce, EFEI, UFJF, UFAL, FCMPa, UFU, UFMA, FCAP, CENTEC/Ba, UFSe, ESAL, EFOA, UNIRIO, UFPel.
 c) UFBA, UFP, UFAM, UFMS, CEFET/Pr, UFSCar, UFAC, UFMT, FAFEO, CEFET/MG, CEFET/RJ, EPM.
 d) UFRGS, UFMG, UFV, UFOP, UFRJ.
 e) UnB, ESAM.

A UNESCO, em 1984, elaborou um relatório (F.N. WITHEINRS-STANDARDS FOR LIBRARY SERVICE: AN INTERNATIONAL SURVEY), que aponta que a média de livros por estudante em alguns países da África, em Bibliotecas Universitárias, na década de 70, era de 50. Essa média foi considerada baixa pela UNESCO, que recomendou que na década de 80 chegassem a 75 volumes por estudante.

O estudo observa que, para seguir a recomendação da UNESCO, as IFES no Brasil deveriam ter seu acervo quadruplicado. Isto é inviável por dois motivos: pelo vulto de recursos necessários e pela impossibilidade das bibliotecas absorverem tal quantidade de livros.

Personália

PIACERE, RICCI

Em 1953 prestei exames vestibulares para o curso de Letras Neo-Latinas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia, Diretor Bernardo Geisel. O curso abrangia, além da Língua Portuguesa, o Latim, o Francês, o Italiano e o Espanhol.

Quando entrei na sala de aula de Língua Italiana, já nos aguardava um professor alto, magro, nariz adunco, sorridente. Mandou que sentássemos. Sempre sorrindo (aliás, não sabia fazer cara amarrada), disse: "Io mi chiamo Ricci Angelo, piacere". A seguir, pediu para que cada um dos alunos se apresentasse, o que foi feito. O professor Ricci angariou de imediato a simpatia de todos. Nossa turma não chegava a dez.

As aulas de Língua ou literatura italiana eram aguardadas ansiosamente. Inicialmente, eu e minhas colegas balbuciávamos timidamente as primeiras palavras da musical Língua de Dante. Eu, em pequeno, já falara o vêneto. Mais tarde passamos a nos deliciar com as grandes obras, sob a orientação de Ricci. Curtimos bastante Dante em sua Divina Comédia. E também Petrarca, Boccaccio, Gozzi, Silvio Pellico... Ao final de alguns meses, já havíamos nos familiarizado com a Língua italiana.

Nos anos 50 somente podíamos imaginar um professor universitário ministrar suas aulas trajado à rigor: terno, camisa e gravata. O professor Ricci não escondia o incômodo que sentia em submeter-se a estes hábitos. E num dia de primavera apareceu Ricci dando suas aulas em mangas de camisa. Se a direção da Faculdade aprovou ou não esta atitude arrojada, não ficamos sabendo... Mas sabemos que Ricci andava sempre à vontade em seu modesto Austin preto.

Alma grande e aberta, Angelo Ricci era um incentivador. Procurava ajudar seus alunos e alunas em tudo o que fosse necessário para o progresso dos mesmos. Em 1954, recebi convite do Dr. Ruy Ruben Ruschel, através da professora Isolda Paes, para lecionar na cidade de Torres. O Dr. Ruy era juiz naquela cidade, e havia idealizado e organizado o Ginásio São Domingos, que funcionava no Grupo Escolar do Morro do Farol. Isto significava um bom início de carreira para um aluno que cursava o terceiro ano do curso de Letras. O professor Ricci facilitou a frequência às aulas às quintas e sextas-feiras, dias em que me encontraria em Torres, e ainda ajudou-me a recuperar a matéria perdida. Mas o lado humano não ficou por aí, e disse-me: "Eu tenho uma casinha na Praia da Cal. Toma a chave para que possas economizar com estadia no hotel". Nos quatro meses que lecionei no Ginásio São Domingos, tive, assim, onde poupar, e fazia as refeições na pensão do major Jacques.

Ainda no decorrer do terceiro ano, fui nomeado para lecionar no interior do Estado, onde continuei a manter relações de admiração pelo grande amigo que tive na Faculdade. Soube mais tarde que, por seus pronunciamentos corajosos, o professor Angelo Ricci havia sido cassado pelo Golpe Militar, e exonerado do cargo de professor na UFRGS. Foi para São Paulo, onde passou a escrever na Revista "Veja". Ao que consta, um acidente automobilístico roubou a vida de um grande italiano que dedicou seus dias em prol da educação dos jovens brasileiros.

Octávio José Longhi, professor formado em Letras Neo-Latinas pela UFRGS e livreiro.

NA UFRGS

recursos nas bibliotecas é uma questão de consciência" — observa Heloisa, salientando o apoio da Administração da UFRGS. "MAS — continua — a Universidade não tem que arcar com estes recursos; eles devem ser fornecidos pelo MEC".

Estes recursos extras, designados pelo orçamento interno da UFRGS vai permitir, por exemplo, que sejam feitas as renovações de assinaturas de periódicos, suspensas de 83 a 88. A Biblioteca Central, com 54 mil volumes, tem 161 periódicos correntes (com assinatura em dia) e 513 não-correntes (com assinaturas não renovadas), cujas renovações serão feitas até julho.

O MEC, além de não suprir as Universidades de

verbas de manutenção adequadas, no que tange às bibliotecas, especialmente, pratica uma espécie de ingerência na questão dos periódicos. Dos 2.200 títulos de periódicos existentes, informa Heloisa, há pelo menos 700 que têm sua assinatura determinada pelo MEC. Destes, alguns não são necessariamente de interesse da Universidade, de acordo com os currículos aplicados. "Não adianta termos um bom título do qual não temos necessidade, quanto temos alunos precisando de títulos não disponíveis" — diz Heloisa. Estão sendo feitas tratativas com o MEC, informa ela, ao menos para que os títulos determinados pelo MEC sejam de interesse da UFRGS na sua totalidade.

"AS GUERRAS SÃO A EXPRESSÃO MÁXIMA DA PSICOSE HUMANA"

Cyro Martins

ADVERSO — Alguns pensadores brasileiros falam de uma "crise na cultura" que está acontecendo no País. O que você acha disto?

CYRO — A cultura brasileira nunca esteve num ponto tão alto como atualmente. Não que não tivesse tido figuras exponenciais, maiores até do que muitas da atualidade, mas no conjunto em que se trabalha culturalmente o País, nunca aconteceu antes. Na ciência, na medicina. Em particular em todos os ramos da medicina há um progresso extraordinário, acompanhando o progresso internacional. Pelo menos, é o que ouço e leio. Na minha especialidade, que é a psicanálise, trabalhamos como os demais psicanalistas do mundo. É claro que há figuras exponenciais na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos; na Argentina, mas nós, aqui no Brasil, também temos figuras de destaque, que estão à altura de qualquer um destes, e na média, não ficamos longe dos demais.

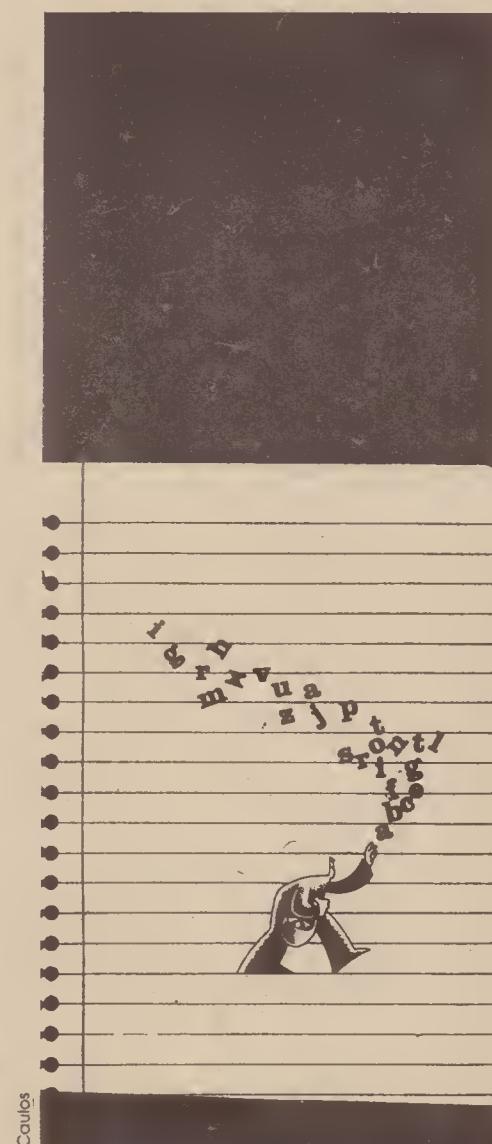
ADVERSO — E a nível local, como se coloca a questão?

CYRO — Os demais ramos da medicina, aqui em Porto Alegre, tem um desenvolvimento excepcional. O Instituto de Física da UFRGS é considerado um dos melhores do País, talvez lado a lado com o de Campinas, que tem mais recursos. Nossas faculdades de Agronomia, Veterinária, são excelentes. Na Literatura, o Brasil tem uma excelente produção literária de ficção, na poesia e de ensaio.

ADVERSO — E o mal-estar?

CYRO — Estas palavras iniciais minhas não significam que eu esteja inocente em relação às dificuldades que o País atravessa. Há realmente esta inquietude, e nós participamos dela. Em todos os setores de atividades, parte econômica, atividades profissionais, na vida familiar, na vida social, as preocupações com os problemas da juventude, os problemas da natalidade excessiva, assim como com os abortos excessivos. Não queremos nem uma, nem outra coisa.

ADVERSO — O psicanalista Jurandir Freire faz uma análise psicanalítica da sociedade, em matéria publicada no Jornal Leia de junho/88. O senhor poderia traçar um perfil psicanalítico da cultura?



Caulos

O tema "crise na cultura" motivou esta entrevista com o escritor e psicanalista Cyro Martins, realizada em 88, e agora publicada no Adverso. Nesta conversa com a jornalista Juçara Brittes, falou o psicanalista Cyro Martins — com sua análise lúcida e consciente dos problemas sociais, e falou o escritor Cyro Martins — sua história, seus livros. A publicação ainda ocorre em tempo, já que o pensamento de Cyro é contemporâneo e atual.

Nada mais louco do que deslocar milhões de pessoas de um País para outro para se matarem. E hoje em dia, nem precisa se deslocar, porque existem as bombas e os aviões. Muito mais louco do que isto, é ver milhões de pessoas sofrerem o impacto de uma bomba atômica.

ADVERSO — Como nasceu a "trilogia" do Gaúcho a Pé?

CYRO — Desde 1935 eu venho beneficiando a existência do problema imenso que era a migração do homem do campo para a cidade, mesmo as do interior. Não havia mercado de trabalho, como continua a não haver.

Como médico, me formei em 1933, e conheço o homem gaúcho da campanha desde guri. Nasci em 1908, e fui vendo a transformação da vida campeira. Meu pai tinha um bolicho e ainda vi como era a vida campeira no século passado. As pessoas iam abandonando este tipo de vida, porque não havia mais condições de sobreviver na campanha. A campanha perdeu sua alegria, sem os bailes, perdeu sua diversão, suas "carreiras".

Os transportes modificaram-se: as carretas foram desaparecendo, apareceram o automóvel, o caminhão, o gado começou a ser levado de um lugar para o outro, de trem. Vendo toda esta transformação na minha cidadezinha, como médico jovem, pude observar a miséria daquela gente, sabendo que estavam ali à espera da morte, porque iam morrer de febre tifóide, de tuberculose, que matava

muito naquela época, desinteria, e de outras doenças agudas. E além disso, tinha a cachaça que acelerava o processo de autodestruição. Daí eu fui registrando e escrevi o primeiro romance, "Sem Rumo" sobre aquilo lá, ainda em Quarai. Achei que estava esgotado o assunto, aí se passaram alguns anos e vi que ainda tinha algumas coisas a escrever, passei um ano no Rio de Janeiro, trabalhando como psiquiatra, e depois escrevi o segundo romance, "Porteira Fechada". Ambos tiveram muita receptividade por parte da crítica. Depois escrevi "Estrada Nova", quando Getúlio estava voltando ao poder, em 1950. Os horizontes estavam seclareando, parecia que fámos ter melhores dias. Havia laivos de esperança.

ADVERSO — E o que ficou?

CYRO — Quando vejo estes movimentos dos sem-terra, fico um pouco temeroso de que esta gente vai ser instalada num pedaço de terra que não se adapte. Porque há a tendência do homem procurar o homem, gente quer conviver com gente. Deve haver condições muito especiais. Por que na campanha primitiva, que eu ainda peguei quando guri, havia um tipo de vida alegre, ao natural. Trabalho era divertido; os rodeios, as marcações, as tropeadas, as domas, eram trabalhos briosos e alegres. Hoje, o peão da estância é um operário rural, mas perdeu a alegria, o trabalho é mais técnico, é melhor, muito melhor para os animais, mas muito pior para os homens.

LIVROS E REVISTAS SOVIÉTICOS

CIÊNCIAS HUMANAS

Filosofia, Política, Sociologia, História, Economia, Direito, Educação.

LITERATURA

Clássica, Contemporânea, Infantil, Alguns de arte, Teatro e Poesia.

CIÊNCIAS EXATAS

Física, Matemática, Química, Mineralogia, Mecânica, Termodinâmica, Eletrônica, Engenharia civil, etc.

Medicina Biologia

REVISTAS DIVERSAS

Avulsas e Assinaturas

LIVRARIA E DISTRIBUIDORA TÉCNO-CIENTÍFICA.
Riachuelo, 1345 - Fone: 26.68.51 - P. Alegre

Movimento Docente

Seminário Nacional de Educação: Por uma Nova Lei de Diretrizes e Bases

Promovido pela ANDES-SN, FASUBRA, CNTE (Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação) e UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), desenvolveu-se de 19 a 20 de junho o 1º Seminário Nacional de Educação. Contando com mais de 300 participantes entre delegados, convidados, observadores e parlamentares, o Seminário desenvolveu-se em pleno momento da greve das Universidades Públicas Federais e constituiu-se assim em um notável esforço de integração das questões filosóficas, pedagógicas, técnicas e administrativas com as questões econômico-políticas emergenciais vividas hoje pelos estudantes e trabalhadores em educação. Além disto, constitui-se em fato amplamente democrático, à medida em que ensejou que participassem em igualdade de condições professores, funcionários e alunos dos diferentes graus da rede escolar.

Tendo como ponto de partida um Texto-base, organizado pelas cinco entidades, o Seminário constituiu-se de palestras e trabalhos de grupo, com dois objetivos básicos:

- produzir um documento que representasse a proposta das entidades para uma nova Lei de Diretrizes e Bases;
- definir formas de encaminhamento desta proposta de maneira a garantir sua incorporação no texto da Lei a ser votada brevemente no Congresso Nacional.

As palestras estiveram centradas em dois temas básicos: Financiamento da Educação e Relações entre Educação e Trabalho, das quais acho importante trazer à reflexão os seguintes pontos:

No que diz respeito à relação Educação-Trabalho, os debates giraram em torno da idéia de que a nova lei deve ter como base filosófico-pedagógica a noção do TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO. Inspirada no pensamento e na prática política do pensador italiano Antônio Gramsci, esta noção é vista como o fundamento que, aliado a outras ações, permita reconstruir o sistema educacional brasileiro superando a sua característica talvez mais arraigada e discriminatória: a dualidade, isto é, a existência de uma rede escolar "humanista", acadêmica, de cultura "superior", destinada a parcelas muito reduzidas da população e a rede escolar técnica, profissionalizante, de cultura "inferior", destinada à grande maioria dos que cedo necessitam ingressar no mercado de trabalho.

A negação desta rede escolar dualista leva necessariamente à busca de uma escola unitária, crítica da divisão exacerbada entre trabalho intelectual e trabalho manual e portanto, crítica dos fundamentos do modo de produção capitalista. Trabalhando igualmente com conhecimento e consciência, a escola unitária, baseada no trabalho como princípio educativo deve buscar o domínio dos processos científicos e tecnológicos cada vez mais determinantes da vida moderna, associado com a consciência crítica a respeito das desigualdades existentes e a disposição de promover as transformações necessárias: "Nesta perspectiva, a real superação da dicotomia apontada (...) encontra seu ponto de partida na própria esfera do trabalho produtivo, que gera trabalho e sobre-riqueza universal, como "base objetiva e necessária para a construção do novo homem culturalmente desenvolvido e potencialmente socialista".

Estas possibilidades estão dadas em grande parte pelo trabalho industrial moderno e as qualificações que requer: torna-se cada vez mais difícil treinar qualquer trabalhador sem transferir a ele, junto com as

habilidades requeridas, algum tipo de conhecimento, de teoria, de compreensão intelectual. É também neste momento, que se realiza a afirmativa de que nenhum homem empreende qualquer esforço muscular, mecânico, sem desejar potencialmente compreender e dominar o conjunto e o significado de sua ação.

Carregado de seu sentido inovador e posicionada ao lado do Trabalho na relação deste com o Capital, esta concepção de Educação demandará dos educadores interessados um grande esforço no sentido de expressá-la através da nova LDB. Além disto, esta nova LDB não deve se distinguir apenas no texto da Lei, mas se operacionalizar através de uma nova e criativa estrutura de escolarização no País.

Após os debates referidos acima, os participantes foram organizados em seis grupos de trabalho, segundo os grandes temas do Texto-Base: o Trabalho como princípio educativo; Fins, Objetivos da Educação; Formação dos Profissionais em Educação; Acesso e Democratização do Ensino; Articulação entre os graus de Ensino e Financiamento da Educação. Cada grupo dedicou três turnos de trabalho à exploração dos respectivos temas, concluindo com sessões de apresentação e votação de propostas. Nestas sessões realizaram-se intensos debates polarizados quase sempre em torno de duas posições: aquela que, mesmo reconhecendo as grandes restrições que enfrentarão as propostas dos movimentos sociais ao serem entregues à Comissão de Educação (menos de 1/3 de seus membros comprometem-se com os movimentos sociais), defende a elaboração de uma LDB que expresse sem restrições as propostas pedagógicas e administrativas mais arrojadas, inclusive com explicitação do projeto político-ideológico ao qual se vinculam; aquela que, reconhecendo as mesmas restrições, devende uma LDB menos arrojada, que garanta algumas conquistas básicas, mas que possa ser "assimilada" pela Comissão de Educação e posteriormente pelo Congresso.

Após as votações, os trabalhos dos grupos — que incluíram em seu texto final também as propostas derrotadas, identificando-as — foram reunidos em um relatório único, abordando todos os temas originais. Por decisão plenária este Relatório não foi votado, e será encaminhado às bases das cinco entidades para discussão e retorno a curto prazo.

Como estímulo à discussão sobre o material que devemos receber em breve, destaco algumas idéias centrais que permearam o Seminário:

- É possível prever uma LDB para uma escola unitária e politécnica em uma sociedade dividida e especializada?
- Como estabelecer, na LDB, a sistemática adequada de distribuição de recursos econômicos escassos para o 1º, 2º e 3º graus de ensino?
- Como democratizar o acesso a uma educação pública superior que hoje já oferece menos de 30% das vagas de 3º grau?
- Como tratar na nova LDB o ensino supletivo retirando dele o já tradicional caráter discriminatório e de inferioridade?
- Como integrar no Sistema Nacional de Educação as redes de profissionalização do tipo SENAI, SENAC, SENAR, na perspectiva da escola unitária?
- É possível prever um Conselho Nacional de Educação novo, legítimo, sem representação dos estudantes?

Boa discussão.

Fábio de Lima Beck —
Grupo de Trabalho LDB da ADUFRGS

"Participação" eleita na ADUSP

A chapa Participação, encabeçada pelo professor Flávio Wolf Aguiar, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, venceu as eleições para a Diretoria da ADUSP — Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, realizada nos dias 30 e 31 de maio. A Participação defende a autonomia da ADUSP, independente de partidos, governos e poderes institucionais; eleição direta para Reitor ainda este ano, através da mobilização conjunta de professores, alunos e funcionários e uma fórmula de reajuste mensal baseada na arrecadação do ICM. A chapa ADUSP Livre, encabeçada pelo professor Hamilton Luiz Corrêa, da Faculdade de Economia e Administração, pretendia revogar a filiação da ADUSP à ANDES-SN, rejeitando a proposta da filiação da Entidade à CUT. Propunha também realizar consultas ao corpo docente para indicação de lista tríplice para reitor. Quanto a salários, defendia um plano de longo prazo para melhoria gradual dos

vencimentos, em especial para o início de carreira.

Apesar de ter sido constantemente acusada pela chapa de oposição, que empreendeu uma campanha totalmente anti-ética, com acusações infundadas, a chapa Participação obteve 51 por cento dos votos, contra 44,3% da chapa ADUSP Livre. No cômputo geral, foram 1079 votos para a Participação, 937 para a ADUSP Livre, 1,1% de votos nulos e 3,6% de votos em branco. A ADUSP tem aproximadamente 3.500 associados, de um total de 5.500 professores na USP.

A nova Diretoria da ADUSP deve ser empossada dia 15 de junho e é composta por: Flávio Wolf de Aguiar, Presidente; Octaviano Helene, 1º Vice-presidente; José Eduardo Bicudo, 2º Vice-presidente; Hélio Mitio Morishita, 1º secretário; Ricardo Fontes, 2º Secretário; Kátia Primavera, 1º Tesoureira; Ovíride Manzoli Neto, 2º Tesoureira.

STF julga eleição da UFRJ ilegal

A eleição para Reitor na UFRJ, que deveria acontecer de 31/5 e 19/6, foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal e adiada para 5, 6 e 7 de junho. O DTF tomou a medida ao conceder liminar à Procuradoria Geral da República, que questionou a legitimidade Constitucional das regras da eleição na UFRJ. O Conselho da Universidade elaborou as normas da escolha levando em conta a Autonomia Universitária prevista na Constituição, determinando que a eleição seria exclusivamente de

âmbito da Universidade. O Reitor seria escolhido e empossado dentro da UFRJ sem ser remetida lista sextupla ao MEC, e ainda, poderia haver reeleição. O reitor atual, Horácio Macedo, estava entre os candidatos, e teve sua candidatura sustada pelo STF, que julgou inconstitucional, já que a legislação atual proibia reeleição de Dirigentes. O Conselho universitário reuniu-se na tarde do dia 20 de junho, para definir as novas normas do processo eleitoral, que não colidiram com a Constituição.

NOVOS SÓCIOS

Professores da UFRGS, da Escola Técnica de Comércio e do Colégio Aplicação que ainda não se associaram à ADUFRGS, poderão encaminhar a proposta encartada nesta edição à Av. João Pessoa, 409, CEP 90040 - Porto Alegre. Informações no local ou pelo telefone (0512) 26.2719.

PROPOSTA DE SÓCIO

| | |
|--|---------------------|
| PROPOSTA DE SÓCIO Nº: | CATEGORIA: |
| Nome: | |
| UNIDADE: | DEPARTAMENTO: |
| CATEGORIA FUNCIONAL: | |
| ENDEREÇO RESIDENCIAL: | |
| TELEFONE: | ENDEREÇO COMERCIAL: |
| | TELEFONE: |
| DATA: | ASSINATURA |
| ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | |

Assessoria Jurídica

PRAZO ESTENDIDO PARA URP E PROGRESSÕES

A ADUFRGS estendeu os prazos para os professores interessados em entrar com reclamatória sobre a URP de fevereiro de 89 e as progressões deferidas pela UFRGS, em janeiro. O prazo final para entrega das procurações, na sede da ADUFRGS é até 14 de julho, das 11 às 18 horas, com a secretaria Sílvia. Maiores informações no Adverso nº 8.

A DIFÍCIL INTEGRAÇÃO NO CAMPUS DO VALE

O Campus do Vale da UFRGS tem recebido muitas críticas de professores, funcionários e alunos, relativas à sua construção, espaço de convivência e localização. Qual o resultado do Projeto Campus? Como o encaram seus habituais freqüentadores?

Em 1972, dentro de um plano de "expansão" do ensino no País, a construção de um novo Campus, para a UFRGS, foi tomada como prioritária. Partindo da constatação de que a Universidade estava "estrangulada" dentro de uma malha urbana, sem nenhuma condição de expansão, o Governo Federal deu caráter de urgência à construção do novo Campus. Tal urgência, entretanto era mais e mais determinada pelas condições econômicas do País, e o Governo diminuía gradativamente as verbas.

Para planejar o Campus do Vale, foi formada uma equipe, o Escritório Técnico do Campus — ETC, coordenada pelo arquiteto Cyrillo Crestani, que faz um histórico da construção do Campus.

Os primeiros projetos da equipe do ETC foram orientados pela Reforma Universitária de 1970, conta Cyrillo. Eles possuíam aspectos que facilitavam a economia de recursos, como, por exemplo, departamentos interligados e sistêmicos, permitindo a utilização comum por parte de diversos Institutos e Faculdades, sem a duplicação de espaços. Extinguiu-se, desta forma, uma estrutura na qual cada unidade de ensino era auto-suficiente e fechada em si. O projeto inicial de implantação do Campus do Vale, entretanto, foi sofrendo modificações, contra Cyrillo. A falta de recursos já não permitia a total transferência das unidades, obrigando a tomada de novas orientações. "Com os recursos minguando, o Plano Diretor físico foi refeito. Os prédios antigos seriam conservados para abrigar as Unidades que não iriam ser transferidas. Alguns prédios seriam então alienados para a obtenção de recursos", lembra Cyrillo. Ele acrescenta que estas modificações foram feitas levando em conta a "integridade da Universidade como um todo, sem perder sua orientação mais ampla devido a fatores externos".

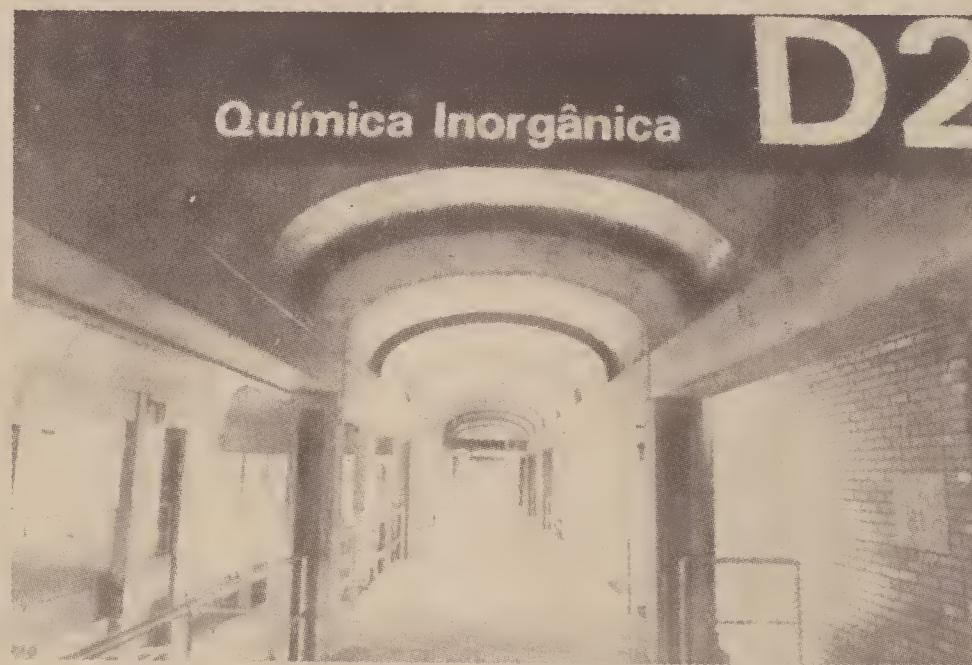
IMPLANTAÇÃO

O condicionamento dos prazos e dos custos determinaram a escolha do sistema de construção, que foi baseado na racionalidade e na modulação, que permitiam a expansão necessária. Considerando que o sistema construtivo com pré-moldados apresenta uma certa rigidez, o arquiteto observa que "procurou-se criar paisagens intermediárias com tratamento diferenciado, para dar um aspecto mais individualizado aos espaços criados. A circulação também procura individualizar os blocos com o uso de cores marcantes, numa tentativa de alcançar a individualização".

Desta forma, foram definidos os setores do Campus: setor administrativo, na parte interna, ligado aos setores administrativos gerais da Universidade. Os equipamentos de uso comum, como salas de aula teóricas e anfiteatros se localizam ao centro, facilitando o acesso. A parte de laboratórios e de pesquisa se localiza na parte externa, junto ao anel viário, o que permite eventuais extensões.

CONVIVÊNCIA

A distância do Campus do Vale ao Campus Central e o isolamento acarretado com isto são alguns motivos das críticas dos



usuários. Para Cyrillo, entretanto, a mudança de espaço geográfico sempre acarreta indefinição nas reações das pessoas, e é necessário, por isto, algum tempo para buscar melhorar as condições. "Todo o espaço novo — diz o arquiteto — por mais que se faça direito, tem sempre um período de acomodação e readaptação, quando surgem novas necessidades a serem satisfeitas".

Segundo Cyrillo, há uma preocupação em recriar as estruturas existentes no centro urbano — farmácias, bancos, correio e livrarias — que foram surgindo conforme as necessidades dos usuários. As constantes filas no Restaurante Universitário, com capacidade para 2.800 refeições, é outro motivo de preocupação dos usuários. Para o arquiteto, o problema das filas está no sistema de distribuição utilizado que, segundo observa, é muito lento. Está prevista a construção de um segundo RU no Campus do Vale, que será feito a partir das necessidades trazidas com futuras transferências de cursos.

Luis Antônio Klein

SEM UNIDADE

A falta de possibilidades de integração do campus é, para o estudante Cláudemir, de Ciências Sociais, um problema básico. A professora Maria Helena Corrêa, da Física, acentuou esta questão ao comparar como era o relacionamento das pessoas quando o Instituto de Física estava no Campus Central (faz quatro anos que se transferiu para o Campus do Vale) e como está agora. De acordo com ela, o modo como foi construído

o Campus do Vale determina uma desintegração total. Os professores ficam confinados aos seus gabinetes, laboratórios e salas de aula. Acabou-se a sociabilidade. As pessoas isolam-se muito, já que não precisam encontrar-se necessariamente passando pela mesma porta, pelo mesmo corredor, no elevador, no banheiro ou na secretaria. "Há diversas entradas, o banheiro é na rua, o corredor é inabitado, e a secretaria é num outro prédio. Em suma, são as características arquitetônicas que determinaram o isolamento". Segundo Maria Helena, existem colegas que ficam no andar de baixo do mesmo prédio e que ela fica meses sem ver.

A estudante de Engenharia Civil, Cecília Moreira, chamou a atenção para as condições das salas de aula. Possuem péssima orientação solar. No inverno faz frio e no verão o sol bate nas salas, que ficam "um verdadeiro forno". Outra falha, é a falta de isolamento acústico, característica marcante do prédio do IFCH.

Para a funcionária e aluna do Instituto de Química, Maria Tereza, e um grupo de pós-graduandos da Física, a instalação das duas Unidades no Campus é inadequada. De acordo com eles, é algo como se os projetos não tivessem sido pensados para receber-las. Isto resultou que não se previu a possibilidade de incêndios, que não é remota. Não há acesso dos bombeiros aos laboratórios, os hidrantes estão mal localizados e as mangueiras, mal enroladas. No Instituto de Química, as capelas que expelem os gases tóxicos produzidos nas reações, foram construídos na altura das cabeças dos passantes. No Instituto de Física, o projeto não levou em conta o acesso de equipamentos que tem que ser transportados em um carrinho de rodas por uma escada de 20 degraus.

Constatados os problemas, as soluções são complicadas. Pela própria característica de isolamento das Unidades, cada uma tenta resolver por si as questões. De qualquer modo, conseguir levar propostas de soluções adiante é sempre um processo difícil dentro da Universidade, e em especial no campus, uma verdadeira ilha isolada da cidade e da sociedade em geral.

Sugestões para uma melhor integração do Campus e talvez daí, uma melhor integração na sociedade, não faltam. Difícil é conseguir movimentar a máquina, agora quase parado por falta de verbas.

Os mosquitos do Campus, célebres por sua voracidade, seriam, por exemplo, um problema relativamente fácil de ser solucionado através de controles biológicos. A Universidade poderia utilizar o seu curso de Biologia, e associar-se à Secretaria do Meio-Ambiente para buscar uma solução.

A integração das Unidades seria bastante estimulada se o Campus tivesse um sistema de comunicação, talvez um rádio ou panfletos. Isto promoveria uma intercomunicação tanto interna do Campus como com a cidade.

Todos chamaram a atenção para a falta de opção de bares, elemento importantíssimo de convergência das pessoas. Como os bares estão todos nas mãos de um proprietário, sugeriu-se que talvez uma concorrência fosse melhorar a situação. O centro de vivência, por exemplo, que possui um ambiente muito bonito, não tem suas potencialidades bem exploradas. A falta de pontos de convergência e integração do Campus faz-nos reconhecer que aquele bar não é muito atraente.

"O Campus do Vale não tem unidade nenhuma", observa o professor Joacir Medeiros, do Instituto de Física, para quem o Campus é um amontoado de prédios, não tendo nada que os diferencie uns dos outros. "Não tem aquela coisa junguiana — diz ele — como um pôrtico de entrada, por exemplo, que é um detalhe que caracteriza uma Instituição. As pessoas não se encontram". A nível de concepção arquitetônica, o Campus é desumano, no dizer do professor. "A área é imensa — continua — mas, de qualquer janela podemos ver janelas do prédio ao lado, e nunca a paisagem bonita que tem em volta. Se compararmos o outro lado da cerca do Campus, vamos ver que há uma Vila ali, quer dizer, são duas realidades que não tem nada a ver uma com a outra, além do ônibus comum. São dois universos".

Depois de tantas críticas, é de se perguntar se não há nada de bom no Campus do Vale. Afinal, é um espaço aberto, bonito, rodeado por uma mata (por que arrancaram as árvores nativas e plantaram árvores novas?), ar puro (quando não se sente o cheiro de esgoto que vem de um lugar qualquer) e com um RU belíssimo?

Há uma certa decepção ao constatar-se o que aquele lugar poderia ser, quando em geral, todos gostam quando chegam lá. Sugestões existem, basta assumi-las e partir para a conquista de uma ocupação deste espaço de uma forma mais integrada e dinâmica. Será que a culpa é somente de sua arquitetura?

Débora Lerner